

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1421 | 26/02/2018 a 04/03/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

SAFRINHA

HORA DE REVER OS PLANOS

sistemafaep.org.br

Aos leitores

São Pedro começou 2018 da mesma forma que terminou 2017, derramando água sobre as lavouras do Paraná. Essa chuva toda, que muitas vezes serve de alento, tem gerado inconvenientes no campo. Os produtores não conseguem tirar a soja e, conseqüentemente, semear a safrinha.

A FAEP, na defesa dos interesses do produtor, conseguiu com o Mapa estender em 20 dias o zoneamento do milho safrinha, em 170 municípios, e do feijão, em 176. Mas as informações que vêm do campo, expostas na matéria de capa deste Boletim, deixam claro que os problemas persistem. A entidade segue na busca de alternativas junto ao governo federal para minimizar os riscos e não gerar desdobramentos negativos nas futuras safras.

Ainda na defesa do agro estadual, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, cumpriu uma extensa agenda em Brasília. No final de fevereiro, o executivo participou da posse da deputada federal Tereza Cristina como presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, além do contato com entidades sobre temas ambientais que interessam ao Estado. Temas que vão ao encontro do estudo da Embrapa, que a partir dos dados do CAR, prova que os proprietários rurais do Paraná preservam a natureza além do que é exigido pela lei. Sinal de que estamos no caminho certo, tanto dentro da porteira como nos posicionamentos fora.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Cynthia Calderon | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1421:

Fernando Santos, Milton Dória, Tony Oliveira e Wenderson Araujo, Shutterstock, divulgação e arquivo FAEP

ÍNDICE

SAFRINHA

Produtores refazem os planos em virtude do atraso na colheita da soja

PÁG. 8

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA

Nova presidente prioriza políticas públicas eficientes para o setor

Pág. 6

STF

FAEP entrega material aos ministros sobre as conquistas do Código Florestal

Pág. 12

ESTUDO

Dados do CAR confirmam que preservação no Paraná está acima do exigido por Lei

Pág. 14

MITOS

Especialistas desmistificam a mentira de que frango tem hormônio

Pág. 16

VITICULTURA

Curso do SENAR-PR capacita produtores de São José dos Pinhais

Pág. 20

Pecuária bovina - impactos sobre o clima e a água

No artigo sobre os falsos pecados da carne, uma análise sobre mudança do clima, uso de água e desmatamento na pecuária bovina

De um lado, organizações internacionais propõem a taxaço do consumo de carne bovina em razão do carbono emitido pela pecuária de corte. Não faltam acusações de que a pecuária é causa direta e quase exclusiva do desmatamento, prejudica o clima e consome água em excesso.

Do outro, passou despercebida a notícia que a Indonésia, quarto país mais populoso do mundo, com 260 milhões de habitantes, vai abrir seu mercado de carne bovina para o Brasil. O país consome só 3 kg/habitante/ano e não quer depender apenas da carne cara da Austrália ou da carne de búfalo de baixa qualidade da Índia. Ocorre que a grande maioria das pessoas do planeta quer consumir mais carnes, e o Brasil tem lugar central para satisfazer esse desejo.

É fato que a pecuária ocupa 20% da superfície do país, o dobro da área usada pela agricultura. Por isso o uso da água e as emissões de gases de efeito estufa são proporcionalmente maiores, o que coloca os bovinos sob intenso tiroteio.

Mas é preciso considerar a verdade dos fatos e as grandes mudanças que estão acontecendo nesse setor.

O cálculo dos altos volumes de carbono emitidos pelos bovinos está correto. Mas há um erro crasso na estimativa do balanço do ciclo de vida da atividade, que desconsidera o sequestro (captura) de carbono pelas pastagens e a grande quantidade de carbono retida e incorporada pelos capins no solo. Incapaz de consumir

toda a quantidade disponível, os bovinos retiram apenas de 30% a 40% do que é produzido nas pastagens. O restante volta ao solo e se junta às raízes, reciclando todos os nutrientes do material, inclusive o carbono.

Há ainda uma controvérsia em relação ao potencial de aquecimento global dos diferentes gases —principalmente em relação ao cálculo do metano emitido pelos bovinos—, cujas emissões estariam sendo superestimadas na metodologia atual.

Em sistemas com pastagens mais produtivas e maior desempenho animal, a incorporação de carbono pelas pastagens neutralizaria o que é emitido pelos bovinos. Pesquisas recentes da Embrapa enriquecem a base de conhecimento sobre tema, derrubando a crença comum de que a pecuária seria necessariamente emissora líquida de carbono.

Já a associação da pecuária com o desmatamento baseia-se na história da ocupação do território. Durante meio século a falta de infraestrutura e versatilidade da criação de gado fez a pecuária ser a única alternativa viável para colonizar as áreas de fronteiras. Não é mais o caso.

Entre 1990 e 2016, a área de pastagens caiu de 190 milhões para 165 milhões de hectares, entregando 25 milhões de hectares para outros usos. No mesmo período, o rebanho bovino aumentou 40%, e a produção de carne bovina duplicou. A tese do desmatamento causado pela pecuária não faz mais sentido, ainda que ele ainda ocor-

ra como exceção, e não como regra.

O uso da água também compõe o arsenal de ataques à pecuária. Quando se diz que a pecuária usaria 15 mil litros de água por kg de carne produzida, nunca se esclarece que 99% desse volume vem das chuvas que caem sobre pastos, que retornam para a atmosfera pela chamada evapotranspiração do sistema solo-planta. As plantas são verdadeiros dutos, pelos quais a água está sempre subindo das raízes até as folhas, que transpiram e devolvem essa água para a atmosfera, à semelhança do que ocorre nas florestas.

O fato é que o Brasil é um dos melhores lugares do mundo para produzir gado a pasto, pois temos maior abundância de sol, clima favorável, água de chuva e tecnologia. É claro que há grandes disparidades na pecuária brasileira e bastante ainda a melhorar. Mas os ganhos de produtividade e a tendência de intensificação sustentável da pecuária são inquestionáveis.

Eficiência produtiva com sustentabilidade é o caminho, e o Brasil tem os instrumentos para tanto.

*Folha de São Paulo,
Caderno Mercado, 17/02/2018*

*Marcos Sawaya Jank é
engenheiro-agrônomo e especialista em
questões globais do agronegócio.*

*Mauricio Palma Nogueira é
engenheiro agrônomo, sócio e diretor de
pecuária na Agroconsult.*

Agenda Brasília

Presidente da FAEP fortalece a importância de temas ambientais



O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, cumpriu intensa agenda, em Brasília, nos dias 20 e 21 de fevereiro. As reuniões ocorreram no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com a participação do presidente da entidade Ricardo Soavinski, do superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho, da assessora do Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente do Paraná, Claudia Teixeira, da técnica da FAEP Carla Beck e técnicos do ICMBio.

A pauta incluiu diversos temas ambientais que interessam ao Estado. “O importante é a busca de soluções que aliem a produção com a preservação ambiental. É necessário construir um caminho coerente para essas demandas”, afirmou Meneguette.

O presidente da FAEP destacou ainda a importância do diálogo. “A disposição permanente pelo diálogo é importante com a participação de todas as áreas envolvidas”, frisou.

Zona de Amortecimento Parque Iguaçu

Um dos assuntos discutidos foi a questão da necessidade de regulamentação da chamada zona de amorte-

cimento do milho BT (transgênico), plantado em áreas vizinhas ao Parque Nacional do Iguaçu, na região Sudoeste do Estado.

Unidades de Conservação com pendência de regularização

Também esteve na pauta as questões de regularização fundiária dentro das unidades de conservação do Paraná, que ainda não foram indenizadas e que estão com status de pendência no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que impede que o produtor consiga dar

continuidade às suas atividades de regularização junto ao cartório de registros de imóveis, além de crédito bancário.

Parque Nacional de Ilha Grande

Muitos proprietários compraram títulos no Parque Nacional de Ilha Grande com Termo de Homologação do Ibama. Porém estão impossibilitados de doar áreas para compensação da Reserva Legal porque a Secretaria do Patrimônio da União as reconhece como já sendo da própria União. A decisão tem prejudicado quem adquiriu essas áreas para regularização ambiental, respeitando a lei e o Edital do próprio Ibama.

Restrição de Crédito

Algumas instituições bancárias estão considerando como Área de riscos propriedades que estão em Áreas de Proteção Ambiental (APA). Porém, não existe nenhuma regulamentação ambiental que restrinja a obtenção de crédito e que necessite de licença ambiental, com exceção da produção de suínos e aves. A ação impede, por exemplo, a contratação de custeio.

Georreferenciamento de imóveis rurais

Procedimento é exigido pelo Incra. Confira informações sobre o tema

Por Geisa Costa, do DTE, e Altevir de Góes, do Departamento Sindical

No Brasil, o georreferenciamento de imóveis rurais é contemplado pela Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, e seus decretos regulamentadores. De acordo com a Lei, localização, limites e confrontações serão obtidos a partir de memorial descritivo, com as coordenadas dos vértices definidores dos limites da propriedade. O georreferenciamento, que define a forma, dimensão e localização do imóvel por meio de métodos de levantamento topográfico, precisa ser elaborado por profissional habilitado.

Entretanto, o georreferenciamento de imóveis rurais tem gerado dúvidas aos proprietários, pois, além da Lei 10.267, vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), também é exigido pela Lei 12.651/2012, relacionada ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Ministério de Meio Ambiente (MMA). O prazo para realizar o CAR termina no dia 31 de maio de 2018.

Confira algumas informações em relação aos procedimentos exigidos pelo Incra:

Quem precisa georreferenciar os imóveis rurais?

De acordo com a Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, todos os proprietários ou posseiros de imóvel rural são obrigados a fazer o georreferenciamento para fins de registro na sua matrícula.

Qual o prazo para o proprietário realizar o georreferenciamento?

De acordo com o Decreto 7.620/2011, que regulamenta a Lei 10.267/2001, o prazo está relacionado a área do imóvel:

Área do imóvel	Vencimento do prazo de carência
5000 hectares ou mais	Venceu em 2003
De 1000 a 5000 hectares	Venceu em 2003
De 500 a 1000 hectares	Venceu em 2008
De 250 a 500 hectares	Venceu em 20/11/2013
De 100 a 250 hectares	Venceu em 20/11/2016
De 25 a 100 hectares	Vencerá em 20/11/2019
Menos de 25 hectares	Vencerá em 20/11/2023



Após o prazo, o georreferenciamento da propriedade rural será exigido em que situação?

O Oficial do Registro de Imóveis exigirá o georreferenciamento quando o proprietário solicitar alterações na matrícula do imóvel, como por exemplo o desmembramento, parcelamento, remembramento, efetivação de registro e transferência da propriedade.

Quais etapas devem ser obedecidas para o georreferenciamento do imóvel rural?

Os procedimentos devem ocorrer da seguinte forma:

- contratação de profissional habilitado/credenciado para a execução dos serviços de campos e de elaboração do material;
- apresentação do material e documentos necessários junto ao Incra;
- apresentação da certidão do Incra e documentos necessários junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Quais profissionais executam o georreferenciamento dos imóveis? Onde encontrá-los?

É necessário um profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR) e credenciado no Incra. No site do Incra é divulgada a relação dos profissionais credenciados por Estado. Confira em: <https://sigef.incra.gov.br/consultar/credenciados/>

Se o proprietário não realizar o georreferenciamento de sua propriedade, é gerado algum tipo de multa?

Não. Mas após o prazo estabelecido, caso o proprietário não tenha o georreferenciamento fica impedido de fazer alterações na matrícula do imóvel.

Deputada do MS assume Frente Parlamentar Agropecuária

Presidente do Sistema FAEP e superintendente do SENAR-PR acompanham a posse



A deputada federal Tereza Cristina (DEM/MS) é a nova presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). A entidade reúne mais de 200 parlamentares do Congresso Nacional com o objetivo de representar os interesses da cadeia produtiva do agronegócio. A cerimônia de posse, no dia 20 de fevereiro, em Brasília, teve a participação de lideranças do agro e políticas, além de membros de entidades representativas de todo o Brasil. O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, e o superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho, participaram do evento. A parlamentar assumiu a função no lugar de Nilson Leitão (PSDB/MT), que passou ao posto

de líder do seu partido na Câmara.

A deputada adiantou que pretende perseguir em sua gestão uma maior segurança jurídica para quem arregaça as mangas e faz a agricultura e a pecuária andarem. “Só é possível garantir segurança jurídica e competitividade ao setor se buscarmos modificar a legislação atual. Esta não acompanhou os avanços conquistados ao longo dos anos. São leis defasadas e que travam os desenvolvimentos social e econômico do Brasil”, afirmou.

Também está no topo da lista de prioridades a elaboração de políticas públicas mais eficientes ao desenvolvimento do agronegócio nacional. “O principal objetivo é

reduzir a dependência do crédito agrícola oficial, dando mais estabilidade e fôlego ao setor produtivo que garante o abastecimento e a segurança alimentar de milhões de brasileiros diariamente. Os produtores precisam ter sua renda garantida em detrimento da expressiva produtividade que alcançam”, ressaltou a nova presidente.

Tereza mencionou ainda o papel primordial dos produtores rurais para assegurar o abastecimento de todo o mundo com alimentos de qualidade. “Mais do que a Frente da Agropecuária, nós somos a frente do abastecimento e da segurança alimentar. Assumo a liderança de um setor que, mais uma vez, será o motor dos crescimentos econômico e social do país”, completou.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR reforçou o papel da FPA para que os produtores rurais possam seguir competitivos em suas atividades. “São os parlamentares que têm a caneta na mão para poder colocar em prática o que nós reivindicamos no dia a dia. É nosso papel municiá-los com informações e com nossas demandas para ajudar a construir e cobrar ações em prol do setor produtivo, que sustenta a economia e fornece o alimento diário a milhões de brasileiros e de pessoas de todo o mundo”, disse.

O Paraná terá o apoio do deputado federal Sérgio Souza (PMDB/PR) que assume a vice-presidência da Região Sul.

Balanço

Durante a solenidade, o ex-presidente da FPA, que passou a ser líder do PSDB na Câmara, deputado Nilson

Leitão lembrou, em seu discurso, dos avanços alcançados em sua gestão. Ele também citou os desafios enfrentados pelos produtores rurais no cotidiano e o caminho que, na visão dele, deve ser trilhado rumo ao desenvolvimento. “É preciso transformar o Brasil em um país com espaço para todos, principalmente a quem produz e sustenta o país. Precisamos buscar o que dignifica o homem: o emprego. E é isso que essa Frente faz”, disse o deputado.

Perfil

Tereza Cristina, nascida em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, é engenheira agrônoma formada pela Universidade Federal de Viçosa, de Minas Gerais. Ela trabalhou em empresas multinacionais no setor de alimentos em São Paulo por um tempo antes de voltar ao Estado de origem. Na época longe de casa teve a participação em diversos projetos, um deles o movimento que introduziu a raça Brangus (cruzamento da raça taurina britânica Aberdeen Angus com a raça zebuína Brahman) no Brasil.

Antes de se eleger deputada federal na última eleição, Tereza Cristina foi secretária de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo (Seprotur) no Mato Grosso do Sul, de 2007 a 2014. No mesmo Estado, já integrou a diretoria de entidades como: Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso do Sul (Aprosul), Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), entre outras.



À procura de alternativas

Atraso na colheita da soja obriga produtores a refazerem o planejamento da safrinha para minimizar os riscos

Por Carlos Guimarães Filho



A vida dos produtores rurais na temporada 2017/18 não anda nada fácil. Depois de amargar seca no plantio da soja na safra de verão, que atrasou em até 40 dias o processo em algumas regiões do Paraná, e excesso de chuva no desenvolvimento das plantas, que ainda prejudica consideravelmente o trabalho de colheita, o próximo desafio recai sobre a safrinha. Sem tempo hábil para a semeadura dentro do calendário recomendado, os agricultores paranaenses estão revendo seus planejamentos para minimizar ao máximo os riscos.

Apesar de o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ter aumentado em 20 dias o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para 170 municípios produtores de milho, conforme solicitação da FAEP, a situação no campo ainda é de incertezas. Tudo por conta do lento trabalho de colheita da oleaginosa. Até o final de fevereiro, apenas 9% dos mais de 5,4 milhões de hectares semeados no Estado haviam sido colhidos, conforme re-

latório da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab). Na mesma época do ano passado, o índice era de 31%. A região de Campo Mourão é um exemplo nítido do atraso. Dos 682 mil hectares ocupados pela soja, apenas 3% foram colhidos (20 mil).

Diante deste cenário nada confortável, os produtores têm procurado alternativas para, dentro do possível, realizar uma boa safrinha. Para isso, muitos optaram por sementes de ciclo curto com variedades precoce, superprecoce e hiperprecoce, na intenção de que essas se adaptem melhor ao curto calendário.

“Essa é uma estratégia que pode ser utilizada para ajudar na safrinha. Claro, vai depender do clima para o desenvolvimento das plantas. Se for muito frio, chuvoso ou nublado, pode não dar certo, pois alongaria o ciclo. Mas é uma alternativa adotada”, aponta Maiko Zanella, engenheiro agrônomo e analista técnico da Gerência Técnica e Econômica (Getec) da Organização das Cooperativas do

Estado do Paraná (Ocepar).

Apesar de o planejamento de plantio ser realizado com meses de antecedência, as intempéries climáticas da safra de verão têm feito com que produtores recorram a cooperativas e/ou sementeiras em busca de grãos de ciclo curto.

“Notamos aumento na procura por esse tipo de variedade, mas é muito difícil mudar a programação de sementes neste momento. Não existe estoque para atender essa demanda”, esclarece Fernando Favero, engenheiro agrônomo e gerente técnico da Copacol, com sede na cidade de Cafelândia, região Oeste. A expectativa é cultivar, na área de atuação da cooperativa, 125 mil hectares de milho safrinha. “A grande maioria dos híbridos cultivados na região já é de ciclo hiperprecoce”, complementa, o que traz um pouco de alento aos associados.

Ainda no Oeste, os cooperados da C.Vale também fizeram a opção por sementes precoce. O restante da parcela, se tiver interesse, dificilmente conseguirá a variedade. Segundo a cooperativa, a campanha de vendas de insumos ocorre no início do segundo semestre, com entrega no final do ano. E as empresas fornecedoras não mantêm estoques extras de sementes.

Na área de atuação da Coamo, na região Centro Ocidental do Estado, a situação é semelhante. De acordo com Marcelo

Sumiya, gerente de assistência técnica, a maior parte dos produtores também irá utilizar variedade superprecoce. “Dentro de um planejamento, o pessoal tem analisado o potencial produtivo [da semente] levando em consideração deficiência hídrica e temperatura para dividir o risco. Essa tomada de decisão, considerando essas duas características, tem permitido maior assertividade no pós-soja”, destaca. “Produtores que pegaram uma só variedade terão mais riscos.”

Cobertura

Neste jogo de indefinição da safrinha em função dos atrasos na soja, muitos produtores têm optado por não plantar o milho. Ou seja, apenas fazer uma cobertura para garantir a conservação no solo e, posteriormente, já destinar os esforços para a próxima temporada de verão.

“Lá no plantio da soja, por conta da seca, os nossos associados não tiveram movimento de compra para 100% da área da safra passada. Nossa redução na safrinha será de 20%. Essa decisão tem como base os problemas na semeadura de verão e os preços atuais do cereal”, diz Sumiya, da Coamo. “Se os produtores pudessem prever os problemas na colheita, o índice de redução seria ainda maior”, acrescenta.

Na safra 2016/17, somando as áreas

“Produtor não vai fazer plantio de área para perder”,

Marcelo Sumiya,
gerente da Coamo



16%

É o índice da área de milho safrinha plantada até 19 de fevereiro, contra 48% na mesma época de 2017

no Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, os cooperados da Coamo semearam 1,2 milhão de hectares de milho safrinha. Na atual temporada, Santa Catarina está com uma situação climática mais equilibrada. Por outro lado, parte do Mato Grosso do Sul encontra-se na mesma situação do Paraná.

O técnico da maior cooperativa da América Latina vai além. Há uma parcela dos produtores que ainda está na dúvida, aguardando os desdobramentos, principalmente climáticos, das próximas semanas. “Muitos estão na dúvida se plantam ou não. Se persistir o clima e não tiver prorrogação do zoneamento vão desistir. Esse porcentual de 20% ainda pode aumentar. Produtor conhece bem o seu ofício, e não vai fazer plantio de área para perder”, aponta.

Até o dia 15 de fevereiro, os produtores ligados a Coamo tinham colhido apenas 6% da área de soja. No ano passado, a marca era de 27%. Na regional Goioerê, são 7% deste ano contra 50% de 2017.

No caso de desistência do plantio, não há alternativas de destinação dos híbridos de ciclo logo. “A única forma é retornar a semente ao obtentor para cultivo na próxima safra de verão”, diz Favero, da Copacol.

Barateza

Outra possibilidade no radar dos produtores é a redução dos investimentos em materiais na safrinha, diante da possibilidade de perdas por conta do calendário apertado. De acordo com Clenio Debastiani, engenheiro agrônomo e diretor executivo da Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudanças (Apasem), muitos agricultores estão adquirindo sementes mais baratas.

“A medida que o tempo fica mais curto [para o plantio da safrinha no período ideal], os riscos aumentam. Quando isso acontece querem achar material mais barato para di-

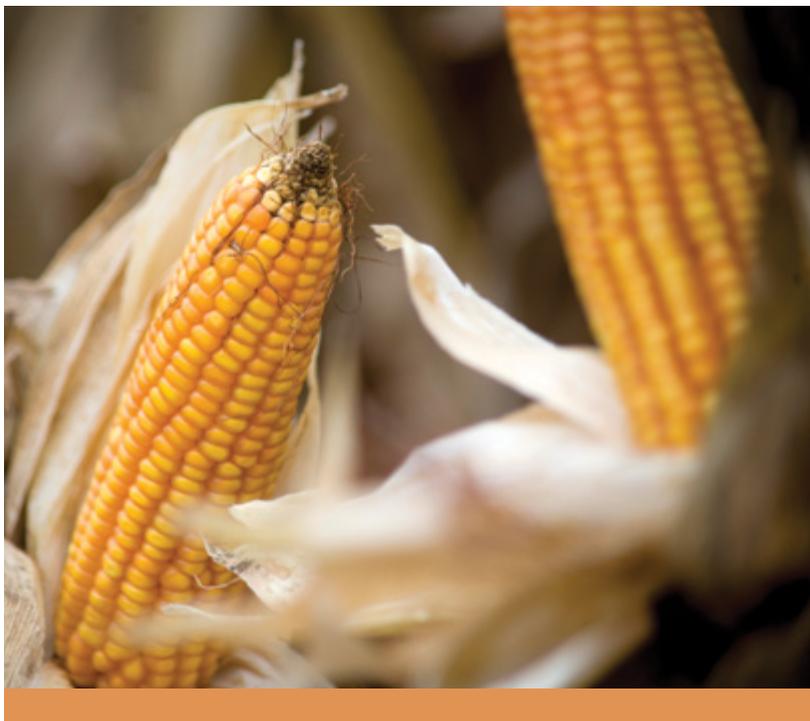
minuir custo”, diz. “Lá no plantio de verão, com os problemas de seca, o pessoal deixou para comprar semente mais tarde prevendo que poderia mudar a programação”, complementa.

O uso deste material sem um potencial genético tão grande terá impacto direto na hora da colheita. A queda na produção da safrinha 2017/18 em relação à anterior pode acabar superando os 7% previstos no relatório do final de fevereiro, da Seab. Os números devem cair de 13,2 de 2016/17 para 12,2 milhões de toneladas neste ciclo. Mais, parte do grão colhido pode ser de baixa qualidade. “Material mais barato não tem potencial tão grande. Se começar com risco climático, sair da época preferencial, a genética não vai responder como deveria. Isso terá reflexo na época da colheita”, prevê Debastiani.

O levantamento da consultoria FCStone aponta redução ainda maior na produção do Paraná. “Estamos trabalhando com 12 milhões de toneladas. Mas vamos revisar os números, pois o cenário deve puxar o número mais para baixo”, diz Ana Luiza Lodi, analista de mercado da empresa.

A especialista também concorda que os produtores estão reduzindo os investimentos nesta safrinha com receio de problemas climáticos. “Querendo ou não, milho safrinha até o final de fevereiro é menos arriscado. A partir de março entra numa zona maior de risco. Isso leva a um investimento menor em tecnologia, semente e aplicação de fertilizante, para minimizar prejuízos. Isso irá resultar em produtividade não tão boa”, destaca Ana.

Para o analista da Ocepar, os percalços enfrentados na atual safra têm desestimulado muitos agricultores. “Esses fatores [clima e preço] desanimam os produtores em investir nas lavouras.”





Chuva sem trégua em março

A expectativa de dias melhores no campo ocorra ao longo de março não deve se concretizar tão fácil no Paraná. De acordo com dados do Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil (Inmet), o mês que está para começar será de chuvas acima do normal em quase todas as regiões do Estado.

A explicação para a permanência do excesso de pluviosidade, que ocorre desde o final de 2017, está em uma corrente que teima em não deixar o Estado. “Uma corrente de jato em baixos níveis veio do Norte para o Sul do país, desde dezembro, e, esse ano, acabou se concentrando no Paraná. Os modelos indicam um mês de março bastante chuvoso, acima do normal. Ou seja, os produtores não terão vida fácil”, explica Expedito Rebello, coordenador geral de meteorologia do Inmet. “Teremos janelas curtas de dois, três dias sem chuvas nos primeiros dias de março. Os agricultores têm que aproveitar”, acrescenta.

Janeiro já foi um mês com chuvas acima das médias históricas. Dados do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) mostram que muitas zonas produtoras no Estado ficaram reféns de São Pedro. Em Cascavel, na região Oeste, choveu 404,8 milímetros no acumulado de janeiro, a máxima registrada desde 1998, quando começou a medição. A média histórica para esse mês no município é de 188 milímetros. A poucos quilômetros dali, em Palotina, o acumulado no primeiro mês do ano atingiu 212,8 milímetros,

bastante superior à média histórica de 145 milímetros.

Em Maringá, os pluviômetros marcaram 349 milímetros em janeiro, sendo que a média é de 229 milímetros. Na cidade de Londrina, a situação foi ainda mais complicada, com 394 milímetros no primeiro mês do ano, contra 215 milímetros do histórico. Em Guarapuava, o Simepar registrou 240 milímetros, quase 50 milímetros acima da média (193).

O clima só deve começar a melhorar no Paraná a partir de abril. “Massas de ar frio vão conseguir atingir a região Sul do Brasil em abril e as coisas devem melhorar”, aponta Rebello.

Doenças

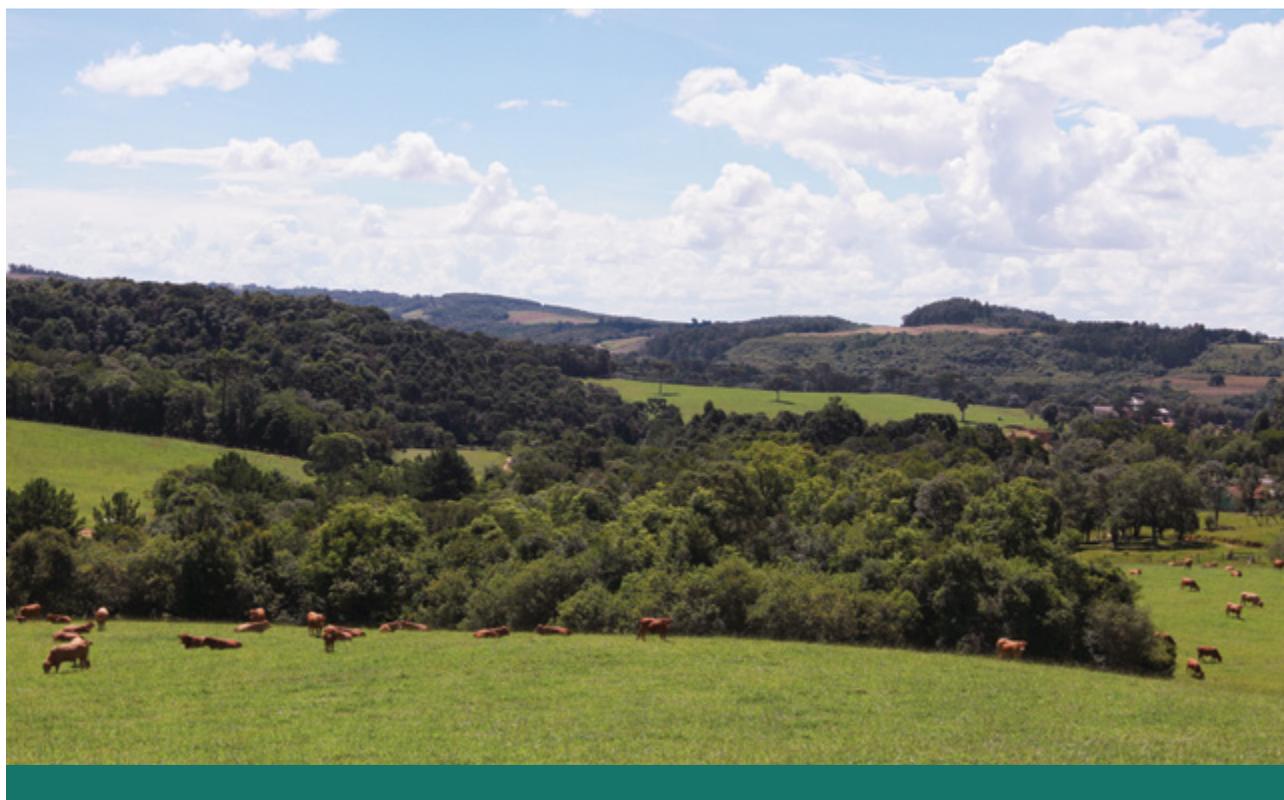
As chuvas em excesso também têm tirado o sono dos produtores em função das doenças. Com umidade em abundância, o que forma um ambiente ideal para proliferação de fungos e bactérias, os índices no Estado estão acima da média.

De acordo com dados do Consórcio Antiferrugem, coordenado pela Embrapa Soja, o Estado contabiliza 109 casos de ferrugem asiática até o final fevereiro. Na safra 2016/17, o Paraná registrou 78 ocorrências.

Na sequência, o Rio Grande do Sul registra 99 casos, Mato Grosso do Sul 65 e o Mato Grosso com 51.

Manutenção dos dispositivos do Código Florestal

FAEP entrega documento aos ministros do Supremo Tribunal Federal mostrando a possibilidade de prejuízos ao meio ambiente caso os artigos questionados sejam votados inconstitucionais



Há três meses iniciou o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937 que questionam os dispositivos do Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Na primeira sessão de julgamento, dia 8 de novembro de 2017, Luiz Fux, ministro e relator da ação, foi o único a votar e considerou constitucional a maior parte dos 23 artigos que estavam sendo questionados. Entretanto dois que tratam de área consolidada e o Programa de Regularização Ambiental (PRA) foram atacados por Fux. Posteriormente, ocorreu a suspensão do julgamento em função

do pedido de vista pela presidente do STF, Cármen Lúcia.

Na continuidade do julgamento, no dia 21 de fevereiro, os votos dos ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia não foram convergentes com o do relator, nem nos fundamentos, nem nos dispositivos. Houve consenso na manutenção da Constitucionalidade do Art. 68, que dispensa a recomposição da Reserva Legal para quem respeitou a lei vigente à época do desmatamento. Mas há ainda divergência com relação aos demais termos do PRA, especialmente com relação às áreas consolidadas e mecanismos de regularização ambiental das propriedades rurais, como a compensação ambiental, CRAs, entre outros.



Atuação da FAEP

Na intenção de reverter esses dois pontos questionados pelo ministro Fux e mostrar aos demais integrantes do STF a necessidade de manutenção de todos os avanços do Código Florestal, a FAEP preparou um documento explicando a importância das conquistas nos aspectos ecológico, social e ambiental para o país. O memorial aponta que um eventual julgamento favorável às questões levantadas pelo Ministério Público contra diversos pontos do novo Código “levará a legislação questionada a uma condição de inaplicabilidade, uma vez que a norma reuniu etapas de um procedimento complexo de regularização ambiental, visando aumentar a cobertura vegetal de áreas desmatadas, principalmente em áreas de preservação permanente”.

Especificamente sobre o primeiro voto que considerou constitucional o artigo relacionado à área consolidada, o memorial elaborado pela FAEP aponta “importante esclarecer a constitucionalidade da data de 22 de julho de 2008. Com o devido respeito, diferentemente do alegado pelo Mi-

nistro Fux, há uma lógica normativa na adoção dessa data como marco temporal. É nesse dia que entrou em vigência o Decreto 6514/2008, que disciplinou de forma mais severa as condutas administrativas potencialmente lesivas ao meio ambiente. Portanto, a consciência ambiental a partir desse momento deve ser cobrada da mesma forma. Tanto que em outras manifestações no próprio voto, o próprio Ministro Fux reconhece a constitucionalidade em outros dispositivos”.

O outro ponto, que questiona a criação do Programa de Regularização Ambiental, foi considerado pelo ministro uma forma de anistia aos produtores rurais. Assim, Fux votou pela inconstitucionalidade dos artigos 59 e 60 do Código Florestal. O PRA é um instrumento considerado fundamental para o setor por trazer um conjunto de ações ambientais a serem desenvolvidas pelo produtor com objetivo de adequar e promover a regularização das propriedades rurais.

Para a FAEP, se o PRA for atingido pela inconstitucionalidade, milhões de agricultores, muitos de pequeno porte, que já fizeram a recuperação das faixas mínimas estarão na ilegalidade. Irá haver uma punição para quem já cumpriu o determinado na lei atual, pois ao invés de estarem regulares passam a serem infratores. “Não há justificativa nem jurídica, nem técnica nem ambiental para a declaração de inconstitucionalidade. As áreas consolidadas já estão em uso e estão contribuindo para a manutenção da ordem ambiental, econômica e social”, destaca o documento entregue aos ministros.

Até o fechamento desta edição, o julgamento no STF prosseguia, com oito ministros para votarem. Assim como a FAEP, é importante que os produtores rurais e demais entidades envolvidas com o agronegócio acompanhem o desenrolar do julgamento para saber qual será a posição dos demais ministros.

Confira a íntegra do documento entregue pela FAEP aos ministros do STF no site www.sistemafaep.org.br.

NOTA

Soja e milho nos EUA

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) prevê queda nas áreas de soja e milho a serem cultivadas na safra 2018/19. No próximo ciclo devem ser dedicados 36,4 milhões de hectares à oleaginosa e 36,4 milhões de hectares ao cereal. Os resultados representam queda de 0,11% para a soja, comparado ao ciclo passado, e redução de 0,22% no milho, na mesma comparação. As estimativas foram divulgadas no dia 22 de fevereiro, no Fórum de Pers-

pectivas Agrícolas, em Arlington, no Estado da Virgínia.

Historicamente, os produtores americanos costumam dedicar áreas mais extensas ao cereal do que à oleaginosa. Nos últimos anos, no entanto, esse panorama tem mudado aos poucos e chegado à proporção de meio a meio. O que explica esse movimento, segundo o economista-chefe do USDA, Robert Johansson, é principalmente o fortalecimento da demanda internacional pela oleaginosa, sobretudo pelos países asiáticos. Os Estados Unidos e o Brasil disputam o posto de maior exportador de soja do mundo a cada temporada.

Pesquisador apresenta estudo sobre preservação no Paraná

O analista de sistemas da Embrapa Territorial Carlos Alberto de Carvalho mostra que o produtor rural cuida da natureza além do que pede a Lei



Robson Mafioletti, da Ocepar, e Ágide Meneguette assistiram apresentação do pesquisador da Embrapa

Os proprietários rurais do Paraná preservam a natureza além do que é exigido pela Lei. É o que aponta um estudo nacional realizado pela Empresa Brasileira Agropecuária (Embrapa) com base nos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os números foram detalhados pelo pesquisador Carlos Alberto de Carvalho, analista de sistemas que participa da frente de trabalho, em um encontro na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no dia 19 de fevereiro.

O CAR foi uma exigência do governo federal a partir da aprovação do Código Florestal de 2012. Desde então, todos os donos de terras do Brasil estão obrigados a fazer

um cadastro detalhado, com base em imagens de satélite, das áreas que possuem e a indicação de onde mantêm as áreas de preservação exigidas por Lei. O prazo passou por algumas prorrogações e agora a data final para que esse procedimento seja realizado vai até 31 de maio de 2018.

A versão do estudo apresentada por Carvalho considera os dados dos cadastros realizados até dezembro de 2017. Segundo o pesquisador, o Paraná tem 19,97 milhões de hectares no total. Destes, 14,8 milhões são propriedades rurais. A estimativa é que dentro dessas propriedades sejam destinados à preservação da vegetação 4,04 milhões de hectares, o que representa 27,3% de

toda a área destinada à produção agropecuária.

“Isso é um número muito impressionante, porque a Lei exige que os produtores protejam 20%. Nós temos, então, no Paraná, um ‘excedente’ de vegetação de aproximadamente 7%. Isso é muito interessante porque mostra, por exemplo, todo o comprometimento dos produtores do Estado com a preservação da vegetação nativa, um total alinhamento com a proteção ambiental aliada com a produção agrícola”, disse Carvalho.

Ele lembra que o objetivo do estudo, que teve início em 2016, sempre foi responder a pergunta: quanto os agricultores do Brasil dedicam em área dentro de seus imóveis rurais para a preservação do meio ambiente? “Ao juntar todos os números, com ferramentas de geoprocessamento, de sistema de posições geográficas, chegamos a esse número. Os produtores do Brasil protegem cerca de 20% de todo o território nacional, o que totaliza algo em torno de 166 milhões de hectares”, aponta.

Referência mundial

Durante sua palestra, o pesquisador da Embrapa enfatizou que não tem notícia de país no mundo no qual os produtores rurais tenham exigências ambientais tão severas como no Brasil. “Inicialmente, por senso comum, eu vou confessar que eu achei que teríamos manchinhas espalhadas de áreas com vegetação preservada. Mas quando nós juntamos todo o material e colocamos no mapa, tivemos uma surpresa de como há uma interconexão e também com relação à quantidade”, revelou.

O tema da legislação ambiental brasileira comparada com outros países importantes da produção agrícola mundial foi tema de reportagem no Boletim Informativo

nº1411. O texto mostrou que as regras do Brasil são as mais rigorosas do mundo comparada com Argentina, Estados Unidos, Canadá, França e Alemanha. A conclusão é de um estudo do Climate Policy Initiative, que no Brasil é vinculado ao Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas (CPI/NAPC) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Leia abaixo um resumo do quadro.

Presenças

A reunião teve a participação do presidente da FAEP, Ágide Meneguette; do superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho; além de membros da diretoria e técnicos da casa. O superintendente do Sistema Ocepar, Robson Mafioletti, e outros representantes da organização, também estiveram no encontro.

“É gratificante, para nós, vermos que todo o esforço do sistema para a realização do CAR no Estado começa a mostrar nossa realidade e gerar estudos como esse. Capacitamos cerca de 3 mil técnicos para o preenchimento do CAR. Seguimos diariamente alertando os produtores para que verifiquem se o cadastro está correto, além de orientar como fazer a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)”, disse Meneguette.

Na fase de análise dos dados do Paraná, as cooperativas participaram da etapa paranaense da pesquisa da Embrapa. “Nossa ideia ao participar do estudo aqui no Paraná é fazer um esforço conjunto para analisar essa questão ambiental. A intenção nossa é compartilhar e mostrar à sociedade de modo geral e ao setor produtivo o que temos feito todos juntos em direção à preservação ambiental”, mencionou Mafioletti.

Comparação das legislações sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs)

							
	Brasil	Argentina	Estados Unidos	Canadá	China	França	Alemanha
	Obrigatórias para todos os imóveis rurais.	Não há legislação federal. Em algumas províncias o governo cria florestas protetoras.	Varia em cada Estado. Quase nenhum deles estabelece regras de proteção de APP em áreas agrícolas.	Não há legislação federal. A maioria das províncias, porém, tem regras para APPs.	Não há regras sobre APP, no entanto, o governo central pode designar uma área como floresta protetora.	Obrigatórias para agricultores que recebem auxílio financeiro da União Europeia e áreas vulneráveis ao nitrato.	Legislação nacional obriga a manutenção de APP. Além disso, leis estaduais podem ser mais rígidas.
	De 5 a 500m.	Não se aplica.	Manuais sugerem 15 a 25m.	De 10 a 15m.	Não se aplica.	No mínimo 5m.	No mínimo 5m.

Fonte: Estudo “Legislação florestal e de uso da terra: uma comparação internacional”, do Climate Policy Initiative.

Confira a versão completa em nosso site: www.sistemafaep.org.br, no link outras edições, BI nº 1411.



O mito está associado com uma narrativa fabulosa de origem popular. É uma lenda que não se sabe como e nem porque começou. Por exemplo, dizem que comer manga com leite dá dor de barriga. Uma das versões do surgimento dessa narrativa é de que na época do Brasil Colonial, o líquido branco era precioso por ser raro e portanto, caro. Consumo exclusivo dos patrões que não queriam que essa preciosidade fosse consumida por escravos e inventaram e espalharam a lenda, que sobreviveu até hoje.

A agropecuária é cercada de mitos que muitas vezes não são inocentes e podem causar consequências nocivas para a atividade. Por isso, começamos nesta edição uma série que visa desvendar alguns desses mitos e promover a consciência de que não se sabe o porquê e nem onde começou, mas há muitos contos e causos que acabam sendo repetidos tantas vezes que as pessoas dão por verdade. Queremos desmistificar as histórias da carochinha que prejudicam uma atividade que exige tanta tecnologia, pesquisa e cumprimento de normas de segurança alimentar gerando emprego e alimentando pessoas.

FRANGO TEM HORMÔNIO?

Quem acredita nessa história de que frango tem hormônio está mais frito do que frango a passarinho. No peito grelhado do almoço de todo dia ou no franguinho assado com batatas da vovó no domingo tem, por exemplo, vitaminas e minerais. Tem também sabor de infância, de canja em noite de tempo frio e de muitas outras coisas. Mas nada de hormônios.

“Isso é um mito que não tem o mínimo fundamento”, garante o professor de medicina veterinária Ariel Mendes, diretor de relações institucionais da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). “Primeiro porque é proibido por lei e segundo que não faria efeito, o frango tem o crescimento muito rápido, entre 42 e 45 dias, então não teria tempo de um hormônio fazer efeito”, explica.

Há ainda o fato de que qualquer hormônio de estímulo ao crescimento precisaria ser injetado. E mais: uma vez por dia. Para quem não sabe, uma criação de frangos não é algo assim tão simples de manejar. Em algumas criações é comum haver 50 mil animais em um único lote. Imagine como seria a aplicação dessas injeções nos frangos. Como fazer o controle disso?

A professora de avicultura e ornitopatologia de Medicina Veterinária da Pontifícia Universidade Católica do

Paraná (PUC-PR), Kelli Mazutti Monteiro, calcula que se fossem gastos 20 segundos por ave para conter e aplicar um medicamento do tipo, a conta não tem como fechar. “Se eu pegar um galpão de 30 mil aves, iria gastar sete dias trabalhando 24 horas sem intervalos para aplicar em todas as aves. Sem contar que o preço de 1 mililitro (ml) de hormônio já seria mais caro que o valor de uma ave inteira”, detalha.

Ainda sobrou espaço para ficar com a pulga atrás da orelha porque “os frangos na época do meu avô levavam meses para ficar com um quilo e agora eles chegam a perto de três quilos em 40 dias”? Pois saiba que a explicação para isso está no fato de terem ocorrido avanços bastante significativos na cadeia produtiva. “Temos a questão da seleção genética, uma nutrição balanceada e o ambiente dos frangos, onde tudo é controlado”, conta a professora.

Ariel Mendes reforça que os resultados são tão expressivos justamente porque é muito mais rápido fazer pesquisa e aplicar avanços científicos para aperfeiçoar processos na produção de frango. “Hoje, a nutrição das aves é mais avançada que a própria nutrição humana, pois se você vai determinar, por exemplo, uma exigência nutricional de um aminoácido em

frangos, em 45 dias você tem uma resposta possível de ser medida. O mesmo vale para ambiência e genética”, revela.

Mas afinal, o que o frango come?

A ração de frango é composta basicamente por milho e farelo de soja, além de uma suplementação de vitaminas e minerais. “O milho é energia e a soja a proteína”, resume Mendes. “A ração é simples, e o que você pode adicionar é restrito e determinado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), como suplementos, aminoácidos, vitaminas, minerais”, explica.

Definitivamente frango não tem hormônio. “Somos o país que mais exporta o produto no mundo, para 160 países. Imagine que se a gente utilizasse hormônio alguém no mundo não reclamaria. É um produto de altíssima e rigorosa qualidade”, finaliza Mendes.

Então, da próxima vez em que ouvir falar que frango tem hormônio, lembre-se que esse é mais um dos mitos que envolvem o universo agro, disseminando a desinformação e causando prejuízos à imagem do produto brasileiro.

Você tem alguma sugestão de tema para tratarmos nesta seção?

Mande pelo e-mail: imprensa@faep.com.br para nós desvendarmos aqui.

O futuro se faz com aprendizado

Luiz Tejon Megido, especialista em marketing de agronegócio, aponta caminhos para os produtores alcançarem o sucesso



Uma das maiores referências do agronegócio nacional, Luiz Tejon Megido é um apaixonado pelo conhecimento. “O que vai levar qualquer ser humano ao futuro é a capacidade que ele tem de aprender”, cravou nesta entrevista exclusiva ao Boletim Informativo. A própria trajetória dele é um exemplo de busca constante por aprendizagem. É mestre em Arte e Cultura pela Universidade Mackenzie e doutor em Educação pela Universidad de La Empresa, no Uruguai. Também é sócio de uma agência de publicidade e consultoria, membro de conselhos de empresas, comentarista de rádio e escreve artigos na imprensa. Já foi ainda diretor do Grupo O Estado de

S. Paulo e é autor e coautor de 33 livros, entre outras experiências.

BI - O que o produtor precisa observar para ir ao futuro?

LT - Na minha visão, são três pontos que merecem maior atenção nesse processo. O primeiro deles é que o marketing da sua produção é fundamental, e só é possível ao produtor rural criar ou aumentar valor na sua produção somando forças. Um segundo ponto importante é com relação à sucessão, porque a agricultura e a pecuária não deixarão de existir, mas os produtores rurais, sim. Portanto, a sucessão é o ponto sagrado, da família dos produtores, e para que os filhos e os seus suces-

sores sejam formados e continuem fazendo a sucessão das propriedades rurais. O terceiro ponto é o acesso à tecnologia, que também vai se dar por meio da organização e soma de forças, já que assim será possível ter acesso a toda a revolução tecnológica digital que já chegou e se intensificará de uma maneira abundante nos próximos cinco anos.

Qual o papel dessas inovações tecnológicas na rotina do produtor rural?

Teremos que lidar com a gestão de precisão da agropecuária, essa revolução tecnológica, sobretudo do ponto de vista digital. Teremos que contar com centrais de data base, com centrais de inteligência, prestadoras de serviços, assim como uma rede agrônômica hoje de prestação de serviços. Será necessário ter uma rede de prestação de serviços desse mundo de tecnologia. Sem essa inteligência digital de gestão, não haverá produção, não haverá produtor bem-sucedido.

As inovações podem ser uma ponte entre produtores rurais mais velhos e jovens para começar essa aproximação para a sucessão?

O produtor tem que estar atento à revolução tecnológica, agora alguns, naturalmente, fazem isso já por terem uma vocação maior. Grande parte sabe que isso está acontecendo, mas não procura. É preciso de um agente que estimule esse processo, porque se você deixar tudo

por conta da natureza humana, os estudos revelam que 11% das pessoas não precisam de ninguém, elas vão sozinhas. 19% das pessoas podem imitar os mais bem-sucedidos. E, 70% das pessoas não caminharão sozinhas. Com os produtores rurais não é diferente, 11% vão caminhar, porque eles têm dentro deles essa vocação, gostam de aprender, vão atrás do conhecimento, viajam e estudam. Agora, o restante precisará de uma pressão educadora e de uma liderança para progredir.

Como convencer o jovem de que o trabalho no campo é uma opção com potencial de sucesso para sua carreira?

Agora, mais do que nunca, o adulto tem que chamar o jovem para se meter nesse assunto digital. Os jovens já gostam disso naturalmente e, aliás, tem muita gente que foi para a cidade e está voltando hoje para o campo para trabalhar em uma nova lavoura, não é mais como antigamente. Hoje o camarada está aí em qualquer cidade do Paraná conectado ao mundo, tem acesso a qualquer canto do planeta. Não é mais como na época dos nossos avós. Então

isso mudou a qualidade de vida no interior. Esses jovens são fundamentais, sim, mas não basta gostar da ideia, é preciso estudar, buscar centros onde possam avançar a ponto de se transformarem em gestores de agricultura de precisão. O próprio SENAR tem programas desse tipo e o cooperativismo da mesma forma.

Qual é o diferencial que vai elevar o produtor rural a um novo nível em sua atividade?

O que vai levar qualquer ser humano ao futuro é a capacidade que ele tem de aprender. Se ele aprende e gosta de aprender, ele vai ao futuro. Se não gosta de aprender, não vai. Aprendizado talvez fosse o sinônimo de tudo. E há uma fartura gigantesca de informações à disposição, é só querer. É um mar com um cardume gigantesco de peixes saltitantes e pulando à disposição.

Quais as dificuldades que existem nesse processo?

Dificuldade não tem, basta querer aprender. A dificuldade é não querer aprender. Ninguém hoje, principalmente em um Estado como o Paraná, pode dizer que fracassou por falta de

informação. É desonesto falar isso. A informação está abundante em toda e qualquer cidade paranaense porque vocês têm aí um modelo bastante evoluído de difusão de tecnologia agrícola.

O senhor considera que toda essa efervescência no campo tem eco também no mercado consumidor?

O ser humano é um aluno, ele tem que ser educado. Hoje há muita deseducação, tem muito mito. O consumidor hoje não foi educado suficientemente para um assunto que é a nutrição humana perfeita. Então ele comete erros de decisões em relação ao consumo. Da mesma forma como o produtor precisa se desenvolver e melhorar em suas tecnologias e na sua gestão e no associativismo, no cooperativismo, caberá ao consumidor urbano acabar com um monte de mitos. Ele hoje está comendo ciência e quando alguém fala para ele que tem ciência no seu alimento isso assusta, porque acha que é um Frankenstein. Tem muita gente despreparada para o julgamento correto com relação aos alimentos. Aí bota a culpa em defensivos, na genética, na carne, no leite etc., o que é tudo bobagem.

NOTA

Reajuste no trigo

O Paraná entregou ao Mapa o documento 'Políticas para a Triticultura Nacional' com propostas para estimular o plantio de trigo no país, entre elas o reajuste no preço mínimo pago aos produtores e apoio à comercialização. O objetivo é o reajuste de 16,4% para o trigo tipo 1 da classe pão, devendo passar dos atuais R\$ 37,26 a saca para R\$ 43,38. A redução da área de plantio no Brasil, onde o Paraná se destaca como maior produtor, vem ocorrendo desde 2015. A defesa é por um reequilíbrio dos custos operacionais da cultura para que os produtores não sejam ainda mais desestimulados. A área de plantio de trigo no Brasil, sendo o Paraná o maior produtor, caiu 9,5%, perda de 201 mil hectares. Essa redução vem

ocorrendo desde 2015 e um dos principais fatores de desestímulo tem sido os preços recebidos pelos triticultores.



Conhecimento sob medida

SENAR-PR conclui curso de produção de uvas e vinhos, desenhado especialmente para atender à demanda dos produtores de São José dos Pinhais

Por André Amorim



O SENAR-PR capacitou uma turma de viticultores (produtores de uva) de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. O projeto “Produção de uvas rústicas para produção de sucos e vinhos” teve início no final de julho de 2017 com objetivo de atender a uma demanda pontual da região, que tem na produção de uvas e vinhos a chave para o desenvolvimento do turismo rural. Diante desta realidade, o SENAR-PR elaborou uma proposta que não está no catálogo de cursos, de modo a subsidiar os produtores da região de conhecimentos técnicos necessários para alavancar a atividade. A demanda partiu do Sindicato Rural do município, que identificou a necessidade de capacitar os viticultores.

O curso atende todas as etapas do processo de produção, desde o preparo do solo e o manejo dos parreirais, até a produção de vinho e suco de uva, de modo sequencial para acompanhar as diferentes etapas da cultura. O

encerramento do projeto ocorreu no início de fevereiro de 2018. Na ocasião, a turma de 20 pessoas realizou o último módulo, voltado ao processo de vinificação.

Ao todo foram sete módulos, cada um com uma média de oito horas de duração. “Essa chance que o SENAR-PR nos ofereceu foi fantástica. O conhecimento propiciado permitirá que o produtor fique no campo com mais qualidade de vida e segurança”, observa o presidente do Sindicato Rural de São José dos Pinhais, Paulo Ricardo da Nova, que também foi um dos participantes do curso.

Segundo ele, apesar da cultura da uva estar presente na região há muito tempo, uma série de dificuldades técnicas (como pragas e doenças) colocou a atividade na berlinda, limitando a produtividade e a rentabilidade das propriedades. Essa condição, na opinião do dirigente sindical, era fruto do desconhecimento e da falta de instrução da maioria dos produtores. “O pessoal tinha uma



Paulo da Nova buscou capacitação para os produtores do município

visão muito imediatista. A maioria dos produtores colhia a uva e esquecia do parreiral. No curso ficou claro que esse momento após a colheita é fundamental para a próxima safra”, exemplifica.

Fruto desta conjuntura técnica, a produção de uvas em São José dos Pinhais decaiu significativamente nos últimos anos, sendo necessário trazer uvas de outras regiões para abastecer os roteiros do enoturismo. Com a capacitação a expectativa é que a produção seja retomada com força no município.

Para a produtora Marcia Vailati, o curso foi um divisor de águas. Até então, ela conduzia seu parreiral sem assistência técnica “usando o conhecimento dos mais antigos”. Com isso acabava não aproveitando todo potencial produtivo de sua propriedade. Com 100 mudas de uva Niágara (50 da branca e 50 da variedade rosada) sua média de produção era de 60 quilos por ano. Após o curso, sua produção saltou para 700 quilos. “Foi bem superior ao ano passado, o motivo era falta de adubação, de poda correta, doenças. No curso, conforme a gente ia



Marcia Vailati ampliou a produção de 60 para 700 kg

aprendendo eu ia aplicando na propriedade. Acredito que o próximo ano vai ser melhor ainda”, avalia.

Com sua propriedade instalada na região de Campina do Taquaral, em São José dos Pinhais, Márcia já atuou na área do turismo rural, mas abandonou em 2014 por problemas de saúde. Após o curso ela pensa em retomar a atividade.

O presidente do Sindicato Rural do município pretende trilhar o mesmo caminho e retomar a produção de uvas. Ele desistiu, após 10 anos sem produção significativa, mas o curso reacendeu seu entusiasmo. “A questão do vinho me interessa. Já tinha feito outros cursos, mas não tinha tido a oportunidade de fazer o vinho. Esse ano me animei”, comenta.

Também o produtor Paulo Roberto Nogueira aprovou a iniciativa do SENAR-PR. “Essa proposta personalizada voltada à nossa realidade é muito positiva”, diz. Com 380 mu-



Paulo Roberto Nogueira irá produzir vinhos para vender aos turistas

das de parreira na sua propriedade, ele mira a produção de vinhos coloniais para fomentar o turismo rural. “Eu trabalhava há cinco anos com uva como hobby, esse curso me ajudou a aprofundar meu conhecimento. Gostei da preparação de solo, manejo da planta e da conclusão com a produção de bebidas, que será o meu forte para o turismo”, avalia.

Nogueira também fez outro curso desenvolvido sob medida pelo SENAR-PR, voltado ao cultivo de Amoras, que também foi formatado para atender à demanda regional de um sindicato rural. Aliando o conhecimento dos dois cursos, ele já tem a estratégia para o turismo rural, recebendo os visitantes com geleias, sucos e vinhos.

Como solicitar

Outras capacitações poderão ser criadas conforme necessidades locais, pois cada região possui uma realidade diferente de produção e o SENAR-PR busca soluções para todas elas. Basta entrar em contato com a regional do SENAR-PR ou procurar o sindicato rural do seu município.

A bebida dos deuses



Os vestígios mais antigos de uma plantação de cacau são de 1400 a.C, na região de Honduras. As pesquisas mostram que eram usados para produzir uma bebida alcoólica pela fermentação dos açúcares contidos na polpa que envolve os grãos. Era a bebida preferida dos deuses maias, chamada de tchocolat, que segundo a melhor versão seria a junção do termo maia chocol, que significa quente, com o termo asteca atl, água, traduzido literalmente, como água quente.

Para os astecas as sementes eram a moeda da época que valia mais do que o ouro e a prata. Dez favas podiam ser trocadas por um coelho e com 100 favas de primeira qualidade adquiria-se um escravo. Seu uso como meio de pagamento continuou até ao século XX, pois algumas partes da América Central usavam o cacau como dinheiro.

O cacau (*Theobroma cacao*) precisa de clima tropical úmido para se desenvolver. É uma planta nativa de uma região que vai do México, passando pela Amé-

rica Central, até a área tropical da América do Sul. Porém, foi na Europa que se popularizou pelas mãos do conquistador espanhol Hernán Cortés, que levou algumas mudas de cacauero quando retornou do México, em 1519.

Em carta ao rei da Espanha, Cortés afirmava que “uma taça da preciosa bebida permitia aos homens caminhar um dia inteiro sem necessidade de outros alimentos”. O rei espanhol ficou extasiado ao provar a bebida sagrada azteca e não demorou para que fosse apreciado por toda a corte que o consumia no cotidiano e em cerimônias especiais. Séculos depois a ciência descobriu suas capacidades antidepressivas.

Graças às plantações iniciadas por Cortés, a Espanha pôde manter o monopólio do produto por mais de um século. Por longo período, os espanhóis cultivaram cacau na América Central usando escravos africanos e somente mosteiros previamente escolhidos eram autorizados a produzir a receita que foi aprimorada com

outros ingredientes (açúcar, vinho e amêndoas).

Em 1606 o produto chega a Itália e depois França, tornando-se populares “casas de chocolate” por toda a Europa. Em 1615, o rei francês Luís XIII casou-se com Anna de Áustria, filha do rei espanhol Filipe III. Para celebrar a união, trouxe amostras de chocolate até à corte francesa. A rainha Anna virou uma “chocolatra”.

Dois séculos depois, surgiu a primeira Fábrica de Chocola-

tes com o objetivo de democratizar a descoberta antes consumida apenas pela aristocracia. Apesar da produção em maior escala, só em meados de 1900 que o consumo se tornou mais popular em grande parte da Europa.

A pasta espessa e de gosto amargo foi amornizada pelo químico holandês Conraad Johannes van Houten que, em 1828, inventou uma prensa capaz de eliminar boa parte da gordura do vegetal. Como resultado, obteve o chocolate em pó, solúvel em água ou leite e, conseqüentemente, mais suave e agradável ao paladar.

Mais tarde, a empresa inglesa Fry & Sons adicionou açúcar à massa gordurosa e surgiu a primeira barra de chocolate do mundo. Tempos depois, o suíço Henri Nestlé (1814-1890) contribuiu para que o doce começasse a parecer-se com os tabletes de hoje.

Com o tempo passou a fazer parte de festividades, como por exemplo a Páscoa. Em 1873 foi inventado o ovo de Páscoa.

Agora circulam informações de que o chocolate pode acabar (ou ter grande parte de sua produção comprometida) em menos de 40 anos. A catástrofe dizem ser resultado do aquecimento global que está afetando as plantações de cacau no Oeste africano, maior produtor mundial.

Enquanto o apocalipse não chega, vamos continuar usufruindo dos benefícios da bebida dos deuses, seja líquido, em pó, em barra ou outras variáveis. Até porque a estimativa é de moagem de 220 mil toneladas no Brasil para a Páscoa deste ano.



Produtor
Rural

FIQUE ALERTA

O prazo para
inscrição no Cadastro
Ambiental Rural (CAR)
e adesão ao Programa
de Regularização
Ambiental (PRA) **foi**
prorrogado até

31/05/18



A ADESÃO É OBRIGATÓRIA.

QUEM NÃO SE INSCREVER
PODERÁ SER IMPEDIDO
DE TER ACESSO AO
CRÉDITO RURAL.

NÃO DEIXE PARA A
ÚLTIMA HORA, FAÇA JÁ
A SUA INSCRIÇÃO.

acesse www.iap.pr.gov.br e saiba mais



Rebanho assegurado

Integrantes da Comissão Técnica da FAEP conheceram detalhes dos produtos ofertados pela BMapfre



O seguro para pecuária leiteira pautou a reunião do mês de fevereiro da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP. Realizada no dia 20, na sede da entidade, em Curitiba, o evento permitiu que os integrantes pudessem conhecer detalhes dos produtos ofertados pela seguradora BMapfre. O tema era uma demanda antiga dos membros da Comissão, ávidos por mais informações do que há disponível no mercado.

“No nosso setor, a oferta de seguros ainda é pequena e eles são pouco utilizados. Mas a troca de informação do que existe, tanto para animais como para equipamentos, foi válida para conhecermos melhor a realidade”, destacou Ronei Volpi, presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP.

O zootecnista André Vitor Juliano, do grupo segurador Banco do Brasil Mapfre, detalhou dois produtos disponíveis no mercado: Seguro Pecuário, voltado para animais (para pecuária de corte também), e o Multirisco Rural, para o seguro patrimonial. O grupo BMapfre trabalha com seguro pecuário desde 2007.

O Seguro Pecuário garante indenização em caso de morte de receptoras para melhoramento do plantel, fêmeas inseminadas e animais destinado à produção de carne e leite. De uma forma geral, a cobertura vale para mortes com origem em doenças infectocontagiosas, parasitárias e orgânicas em geral, acidentes, incêndio, raio, insolação, eletrocussão, envenenamento, intoxicação e ingestão de corpo

estranho, desde que de forma acidental, asfixia por sufocamento, luta, ataque ou mordedura de animais, parto ou aborto e inoculações vacinais e outras medidas de ordem profilática, necessárias à salvaguarda do animal.

Questionado pelos integrantes de qual seria o valor indenizado por animal morto, Juliano afirmou que varia conforme a região do país, podendo o preço ficar entre R\$ 2,5 mil a R\$ 6 mil por cabeça. “No Paraná, a média por contratação por animal de produção é de R\$ 4,5 mil”, disse.

Os contratos operados pela BMapfre têm vigência de 365 dias a partir da data de protocolo. A carência para bovinos obedece seis meses de idade para início de cobertura, 21 dias para morte

causada por qualquer doença coberta pelo seguro e sete dias para morte por um dos demais motivos.

No caso da pecuária de leite, o Multirisco Rural é voltado para equipamentos como ordenhadeira e tanque resfriador. Porém, o produtor pode optar por incluir silos, barracões e outras instalações. A cobertura Básica inclui acidente de causa externa, roubo e furto mediante arrombamento, além de incêndio, raio e explosão. Porém, existe a possibilidade de incluir coberturas como danos elétricos e furto simples.

“Nos dois casos temos registrado um aumento nas contratações no Paraná. Os seguros para pecuárias de leite e corte vêm na esteira do seguro agrícola, que já é utilizado em larga escala há décadas. Os pecuaristas têm notado a necessidade de proteger seu rebanho e suas instalações”, apontou Juliano.

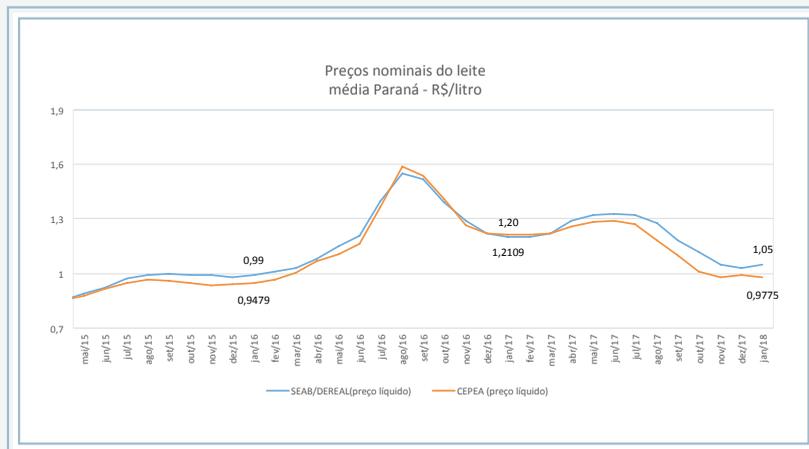
Visita

No segundo momento da reunião, os integrantes visitaram o laboratório do Programa de Análises do Rebanho Leiteiro do Paraná (PARLPR) na Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH). O espaço é credenciado pelo Mapa para realizar análises da composição do leite (% de gordura, proteína, lactose, sólidos e ureia no leite). A partir destes dados são gerados relatórios e gráficos mensais de desempenho e índices de qualidade do leite de tanques e de animais controlados.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 02/2018

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 20 de fevereiro de 2018, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em janeiro de 2018 e a projeção dos valores de referência para o mês de fevereiro de 2018, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - DEZEMBRO/2017 E JANEIRO/2018

Matéria-prima	Valores finais em dezembro/2017	Valores finais em janeiro/2018	Variação (janeiro - dezembro)	
	(leite entregue em dezembro/17 a ser pago em janeiro/18)	(leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro/18)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO	0,9448	0,9292	-0,0156	-1,65%

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - PROJETADOS PARA JANEIRO E FEVEREIRO

Matéria-prima	Valores projetados em janeiro/2018	Valores em fevereiro/2018	Variação (fevereiro - janeiro)	
	(leite entregue em janeiro a ser pago em fevereiro)	(leite entregue em fevereiro a ser pago em março)	Em valor	Em %
Leite PADRÃO	0,9176	0,9542	0,0366	3,99%

Observações: Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso o Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural.

Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "leite padrão", se referem ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 500 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de fevereiro de 2018 é de **R\$ 2,1323/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.conseleitepr.com.br

Curitiba, 20 de fevereiro de 2018

WILSON THIESEN Presidente | **RONEI VOLPI** Vice - Presidente

Combate à formiga

Em dezembro de 2017, o Conselho de Desenvolvimento Rural de Mandaguçu (CDRM) e o Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA) realizaram reunião para divulgar a lei municipal de “combate à formiga”. Entre outras ações desenvolvidas pelas duas entidades está a fixação de placas nas estradas para a conscientização da população. Participaram do evento o prefeito de Mandaguçu, Maurício Aparecido da Silva, presidente do CDRM e vice presidente do Sindicato Rural de Mandaguçu, Airton Delfino Andrade, presidente do CSA, Aduino Almir Braz, e o secretário municipal de agricultura, Luiz Carlos Grossi.



Luto

Faleceu no dia 13 de janeiro o professor Sebastião Ramos Gonzaga, 83 anos. Ele era presidente da Associação Paranaense de Apicultores (APA) e pioneiro na Meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) iniciando seus estudos há quase 40 anos. Grande defensor da natureza, o professor Gonzaga também foi instrutor do SENAR-PR.

Zarc da Cevada

No início de fevereiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) incluiu os municípios de Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Ventania como aptos ao plantio da cevada para a safra 2017/18. A Portaria nº 231/2017, que trata do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) da cevada de sequeiro para a temporada no Paraná, foi retificado para corrigir o erro. A alteração e inclusão das cidades atende a uma solicitação da FAEP.



LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Banana nanica - O leitor Salvador Gazim, de Pérola, no Noroeste do Paraná, se deparou com este inusitado mini-cacho de bananas em sua propriedade.



Batata na enxada - Esta batata doce cresceu no entorno de uma enxada velha, como mostra o leitor Devanir do Prado, de Ribeirão Claro, no Norte Pioneiro.



MARINGÁ

GEORREFERENCIAMENTO - BÁSICO EM GPS

O Sindicato Rural de Maringá realizou, nos dias 6 e 7 de outubro de 2017, o curso Georreferenciamento - básico em GPS. Participaram nove pessoas e o instrutor foi Mauro Moreira dos Santos.



CIDADE GAÚCHA

CONDUTORES DE VEÍCULOS

Aparecido Vieira foi o instrutor do curso Condutores de Veículos – DETRAN - atualização - coletivo de passageiros promovido pelo Sindicato Rural de Cidade Gaúcha. A capacitação aconteceu nos dias 15 e 16 de janeiro, com 19 participantes.



SÃO MANOEL DO PARANÁ

CONSERVAS DE MOLHOS E TEMPEROS

O curso Produção Artesanal de Alimentos – Conservas de molhos e temperos foi realizado pelo Sindicato Rural de Cianorte, nos dias 20 e 21 de novembro de 2017. A instrutora foi Silvia Lucia Neves e participaram 13 pessoas.



RONDON

TRABALHADOR NA OPERAÇÃO DE GUINCHO

O Sindicato Rural de Rondon realizou o curso Trabalhador na Operação de Guincho Hidráulico sobre Caminhão Munck Norma Regulamentadora 31.12, de 15 a 19 de janeiro. Participaram sete pessoas, tendo como instrutor Adnilson Dias Silva.



SERTANÓPOLIS

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MOTOSSERRA

O curso Operação e Manutenção de Motosserra foi realizado pelo Sindicato Rural de Sertanópolis, de 15 a 19 de janeiro. O instrutor foi Roosevelt Mendes Ferreira e participaram seis pessoas.



GUARAPUAVA

TRABALHADOR NA APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Guarapuava realizou o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - NR 31.8, de 15 a 17 de fevereiro. O instrutor foi Daniel Giorno Nascimento e participaram 15 pessoas.



UBIRATÃ

POSSE

Tomou posse no dia 7 de fevereiro a diretoria eleita do Sindicato Rural de Ubatã. Foram eleitos Márcio Soares, como presidente; Osmar João Bertoli Junior, como vice-presidente; Aldo Antônio Salvetti, como secretário e Domingos Sankithi Watanabe, como tesoureiro. A diretoria fica no cargo até 7 de fevereiro de 2021.



RONDON

GESTÃO DE PESSOAS

O Sindicato Rural de Rondon realizou, de 25 a 27 de janeiro, o curso Gestão de Pessoas Comunicação e técnicas de apresentação. Participaram 15 pessoas com a instrutora Tania Dirlene Ratz Gerstner.

VIA RÁPIDA

Baralho real

Você sabia que cada rei do baralho de cartas representa um grande rei da história? Espadas: Rei David; Paus: Alexandre, o Grande; Copas: Carlos Magno e Ouros: Júlio César.



Você sabia?

- As chances são maiores de você morrer com uma rolha de champanhe do que com uma picada de aranha venenosa.
- Os destros vivem em média nove anos mais que os canhotos.
- Uma barata consegue viver nove dias sem cabeça.

Cueca de astronauta

Se você tem fobia só em pensar em tomar um bom banho ou pretende andar no espaço já existem cuecas que podem ser usadas por dias, semanas e até meses, sem nunca precisar trocar. Existem ainda outras vantagens, que foram testadas pelo astronauta Koichi Wakata. Elas resistem ao fogo, eliminam bactérias, absorvem a água e suor, e não produzem qualquer cheiro. Cada cueca custa cerca de 85 €. Vai pagar pra ver?



Cerveja alienígena

Ainda se estuda as formas de produção em Marte. Mas uma coisa parece certa. Se um dia o homem chegar ao planeta vermelho, possivelmente poderá beber cerveja. Um trabalho desenvolvido por alunos do curso de Astrobiologia da Universidade de Villanova, nos Estados Unidos, mostra que o lúpulo, usado na cerveja, cresce bem em solo marciano.



Rei dos Mares

O tubarão é um espécime que frequenta o imaginário popular. Muito disso se deve ao filme 'Tubarão', produção norte-americana de 1975. A película é considerada uma marca na história do cinema, inclusive conquistando três estatuetas do Oscar. Tamanho sucesso, inclusive em faturamento, incentivou a produção de três sequências - 1978, 1983 e 1987.



Maldade feminina

Duas amigas vão jantar em um restaurante. Ao chegarem lá, ele estava completamente lotado e não havia lugar para elas. A maioria das mesas estava ocupada por casais.

Uma delas pega o celular e faz uma ligação em voz alta olhando para os casais sentados:

- Oi amiga, cheguei agora aqui no restaurante e o seu marido está aqui com outra mulher. Se eu fosse você viria ver...

Cinco homens saíram correndo... dois desmaiaram. Sete mesas livres.

Mulher é bicho cruel!



UMA SIMPLES FOTO



Ofiofagia

Não é nada do que você está pensando. Ofiofagia se refere aos animais que comem serpentes. A muçurana é um deles, ela come cobras não peçonhentas e cobras peçonhentas como jararacas e cascavéis. Ao serem devoradas, essas cobras picam diversas vezes a muçurana, mas o veneno dessas cobras não tem efeito contra ela. Imagina a ofiofagia na política.



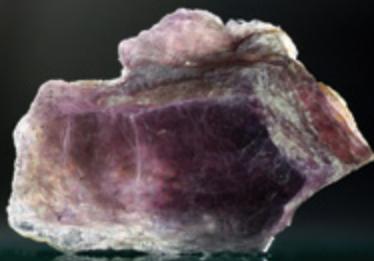
Sete-léguas

A famosas botas sete-léguas, usada amplamente na agricultura, indústria, construção civil e por aí vai, tem seu nome inspirado em uma fábula tradicional europeia, cuja versão mais conhecida no Brasil é a história do Pequeno Polegar. Na narrativa, o diminuto herói rouba de um gigante suas botas mágicas, capazes de andar sete léguas (cerca de 40 quilômetros) em um só passo.



Lítio

O lítio é um dos metais mais leves da natureza, sua densidade é de 0,534 gramas por centímetro cúbico - metade da densidade da água. Apesar de ser relativamente raro na natureza, seu uso é amplo e vai desde baterias de eletrônicos até medicamentos psiquiátricos. A América do Sul concentra a maior parte do lítio do planeta. Metade das reservas mundiais conhecidas está na Bolívia. Chile e Argentina são os maiores produtores mundiais.



Agora, você também pode acompanhar **24 horas por dia** o que o Sistema FAEP/SENAR-PR está fazendo.

Siga nossas redes sociais



Facebook
Sistema Faep



Instagram
sistema.faep



Twitter
SistemaFAEP



Linkedin
sistema-faep



Flickr
SistemaFAEP

SISTEMA FAEP



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

